

A floresta amazônica e a maquiagem contábil

As investigações envolvendo o Banco Master e a gestora Reag Investimentos trouxeram à tona uma trama que envolve a sobrevalorização de ativos ambientais em terras públicas, como bem explicado na matéria desta Folha (Empresas na teia do Master usam terras da União para fabricar R\$ 45 bi em créditos de carbono, 17/01).

Um erro comum de interpretação — por vezes explorado de má-fé — é confundir o estoque de carbono (o que já está na árvore) com créditos de carbono. Porém, no mercado internacional e brasileiro (REDD+), o crédito só é gerado pela *adicionalidade*: é preciso provar que aquela floresta seria desmatada e que o projeto a salvou, ou que uma nova floresta está sendo plantada.

Os chamados “Greener Preservation Tokens”, emitidos por empresas ligadas ao grupo Reag, não são créditos de carbono certificados por padrões rigorosos (como Verra ou Gold Standard). Eles representam uma promessa de preservação de um estoque já existente. Por não possuírem certificação de auditorias independentes e globais, esses tokens certamente valem menos que os créditos de carbono. Quanto menos é difícil de dizer porque no mercado, eles são vistos com desconfiança, pois carecem de liquidez e de garantias de que a terra é, de fato, privada e legalizada.

Para compreender a magnitude financeira do que está em jogo, primeiro é preciso estimar o estoque físico de carbono na área, de 144 mil hectares. Considerando que a biomassa média da floresta amazônica preservada estoca cerca de 170 toneladas de carbono por hectare (dados do INPA), a Fazenda Floresta Amazônica deteria um estoque total de 24 milhões de toneladas de carbono. Se considerarmos o equivalente em CO₂ (multiplicando pelo fator 3,67), chegariam a um potencial de aproximadamente 88 milhões de toneladas de CO₂eq estocados na vegetação nativa.

Para entender o abismo entre a realidade e o que foi reportado como "fabricação de R\$ 45 bilhões", basta olhar para os preços do mercado voluntário. Créditos de conservação florestal (REDD+) de alta integridade são negociados entre US\$ 5 e US\$ 15 por tonelada de CO₂eq. Se a tal fazenda fosse integralmente propriedade particular (tudo indica que não é) e o estoque total pudesse ser transformado em créditos certificados e vendido ao preço médio de US\$ 10 (hipóteses muito otimistas), o valor total seria de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões.

Como então as empresas chegaram a um valor cerca de 10 vezes maior, de R\$ 45 bilhões? A resposta está na valorização artificial dos ativos: ao avaliar o estoque total de forma agressiva e sem o deságio da falta de certificação, cria-se um patrimônio bilionário no papel que serve apenas para lastrear operações financeiras complexas.

Toda essa "alquimia" de carbono ganha sentido quando conectada às recente liquidações da Reag Investimentos e do Banco Master. Esses ativos de carbono —gerados sobre terras da União com sobreposições ilegais (como mostrado na matéria da Folha) eram utilizados para "inflar" o patrimônio de fundos de investimento geridos pela Reag. Esses fundos recebiam aportes ou realizavam transações com o Banco Master em uma espécie de "ciranda financeira", onde a floresta amazônica não foi usada para o bem do clima, mas como uma ferramenta de maquiagem contábil.

